



COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 14.507.191/0001-97 Inscrição Estadual: 90.576.110-20



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

AOS ACIONISTAS

A administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 05 de outubro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6E do Edital do LELÃO nº 04/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 – ANEEL, datado de 12 de janeiro de 2012, com o Capital Autorizado pelos acionistas de R\$ 46,85 milhões, compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul; pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV – 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema elétrico da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, em agosto de 2014, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 014/2012, em 21 de maio de 2012.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme o Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão iniciou com o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial em 31 de agosto de 2014, e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O faturamento médio mensal da RAP da Companhia no exercício de 2014, foi de R\$ 760 mil e envolve mais de 420 clientes interligados no SIN, gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Destacamos também, que fechamos o exercício de 2014 com uma inadimplência na ordem 2% em relação ao valor médio mensal da RAP.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R\$ 2.582 e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2014, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015, no montante de R\$ 613 mil e constituiu uma reserva legal no montante de R\$ 326 mil.

Em complemento às demonstrações contábeis previstas na Legislação Societária, está sendo apresentando, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado, O Balanço Social e o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, introduzido através do Despacho SFF/ANEEL, nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, onde será divulgado em exemplar a parte.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

BALANÇO PATRIMONIALS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	31.Dez.14	31.Dez.13		Nota	31.Dez.14	31.Dez.13
Ativo							
Circulante							
Cabeça e equivalentes de caixa	4	706	2.798	Provedores	8	6.049	9.816
Clientes	5	1.014	-	Fornecedores	10	2.817	-
Estoque		12	-	Obrigações sociais e fiscais	7	161	243
Tributos a recuperar		6	50	Dividendos	12	613	906
Despesas do exercício seguinte		2	-	Encargos seletivos		137	-
				Outras contas a pagar		-	17
Total do ativo circulante		1.740	2.848	Total do passivo circulante		9.777	11.912
Não circulante							
Depósitos vinculados	4	1.228	-	Fracionamentos	10	32.570	-
Despesas do exercício seguinte		10	-	Impostos diferidos		2.418	1.465
Ativo financeiro – concessões	6	89.070	46.264	Partes relacionadas		1	1
Imobilizado	6	29	33	AFAC	9	2.339	30.824
Total do ativo não circulante		90.246	46.297	Total do passivo não circulante		37.737	32.290
Patrimônio Líquido							
Capital social	11	38.661	2.837				
Reserva Legal	12	328	167				
Reserva de lucros a realizar	12	936	-				
Reserva de lucros	12	4.646	2.209				
Total do patrimônio líquido		44.571	3.213				
		92.986	49.145			92.986	49.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	A realizar	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
				Reserva de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.837	-	-	-	-	(781)	-	2.056
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.223	4.223
Projeitos Acumulados Compensados	-	-	-	-	-	781	(781)	-
Destinação Reserva Legal	-	197	-	-	-	-	(197)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(636)	(636)
Lucro a Disposição de Assembleia Geral	-	-	-	-	2.209	-	(2.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.837	197	-	-	2.209	-	-	5.643
Capital subscto conforme ADO 24/2014	35.824	-	-	-	-	-	-	35.824
Reversão de Dividendos cont.ADO 24/2014	-	-	936	-	-	-	-	936
Restrição dos lucros cont.ADO 24/2014	-	-	-	2.209	(2.209)	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.582	2.582
Destinação Reserva Legal	-	129	-	-	-	-	(129)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(613)	(613)
Lucro líquido a disposição de AGO	-	-	-	-	1.240	-	(1.240)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	38.661	326	936	2.209	1.240	-	-	44.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	31.Dez.14	31.Dez.13
Receita operacional líquida	13	43.468	41.677
Custo de construção		(36.834)	(35.019)
Taxa de fiscalização		(15)	-
Lucro bruto		6.618	6.658
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.314)	(690)
Outras despesas operacionais		(0)	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		5.304	5.798
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		701	276
Despesas financeiras		(12)	(15)
Encargos de dívida	9	(1.695)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.298	6.059
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(362)	(40)
Diferido		(1.354)	(1.291)
		(1.716)	(1.336)
Lucro do exercício		2.582	4.723
Lucro por Ação		0,07	1,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Resultado do exercício	
	31.Dez.14	31.Dez.13
Lucro do exercício	2.582	4.723
Resultado abrangente do exercício	2.582	4.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	31.Dez.14	31.Dez.13
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.298	6.059
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(1.716)	(1.336)
Depreciação	2	2
(Aumento) redução no ativo:		
Clientes	(1.014)	-
Tributos a recuperar	44	(32)
Outros ativos	(1.261)	-
	(2.231)	(32)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(3.767)	5.846
Obrigações sociais e fiscais	1.271	1.490
Outros passivos	(2.376)	(2)
	(4.872)	7.434
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(2.023)	12.127
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(2.023)	12.127
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro	(42.806)	(40.746)
Imobilizado	2	(9)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(42.804)	(40.755)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital subscto	35.824	-
Financiamento	35.396	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(26.485)	30.824
Caixa líquido das atividades de financiamento	44.735	30.824
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.092)	2.196
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.798	632
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	706	2.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A **Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.** é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 14.507.191/0001-97, e NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 41 3 0008323 1 com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143 – 1º andar, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 001/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 26 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial de 27 de dezembro de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6E do Edital do Leilão nº 04/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”. Com extensão aproximada de 159,15 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama; pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV – 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A sociedade tem por objeto a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de rede básica do Sistema Interligado Nacional especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Cascavel Oeste – Umuarama, circuito simples, em 230 kV, e pela Subestação Umuarama Sul em 230/138 kV.

A Companhia encontra-se em fase operacional, Subestação energizada em 27 de julho de 2014 e as Linhas de Transmissão, trecho Cascavel Norte – Umuarama Sul em 30 de agosto de 2014 e o trecho Cascavel Norte – Cascavel Oeste em 31 de agosto de 2014. Finalizou a fase de conclusão de seu plano de investimentos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

3. Principais práticas contábeis

3.1- Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2- Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3- Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2014. Conforme prevê o Parágrafo Quinto do Contrato de Financiamento de Abertura de Crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES assumido para a construção da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., obriga-se a manter durante todo o prazo de vigência deste financiamento uma conta de aplicação financeira de reserva garantia, constituída de valor equivalente a pelo menos 03 (três) vezes a próxima prestação vincenda do contrato, incluindo o valor de amortização, juros e demais encargos acessórios do financiamento; este valor equivale em 31 de dezembro de 2014 a R\$ 1.211.403,22.

3.5- Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de

maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros

3.5.1- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em “mantidos até o vencimento” caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o “contas a receber” por transmissão de energia faturada, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Ativo financeiro - Indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de

Concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5.2- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.5.3- Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

3.6- Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida *pró-rata* dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7- Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional de IRPJ é de 10% incide em 10% sobre essa mesma base que exceder a R\$ 20 mil reais mensais. Já a base de cálculo da CSLL é de 12% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 9% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa.

3.8- Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9- AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.10- Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.dez 2014	31.dez 2013
Banco conta movimento e Fundo Rotativo de caixa	475	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata	231	2.796
	706	2.798
Conta garantia - financiamento	1.228	-

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas à taxa de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2014.

A exceção para este trimestre foi a criação da conta reserva denominado depósitos vinculado. É a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente serão transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, até o limite de três parcelas de amortização mais juros do financiamento, que é estimado um limite de R\$ 1.228 milhões.

5. Clientes

Em agosto de 2014 a Companhia iniciou sua entrada em operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, emitiu até dezembro de 2014, cinco avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC, dos meses de agosto a dezembro de 2014 mensalmente, provenientes do contrato CPST n. 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incidem os encargos setoriais, tais como: Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em: P&D (40%), Ministério de Minas e Energia – MME (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão – RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEEL (0,4% da Receita Operacional).

Faturamentos Em R\$/ Mil	31.dez 2014	31.dez 2013
Setembro	5	-
Outubro	4	-
Novembro	190	-
Dezembro	815	-
	1,014	-

Faturamentos	Vencimento até			Usuários Em aberto
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	
	2%	80%	18%	515

O faturamento dispõe um convenio de ICMS, emitido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de número 117/04 e suas alterações, que atribui ao agente transmissor de energia elétrica, a dispensa da emissão de Nota Fiscal para os valores ou encargos pelo uso do sistema de transmissão.

6. Ativo financeiro e imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	31.dez 2014	31.dez 2013
Ativo financeiro - amortizável RAP	93,344	46,264
(-) Amortização do Ativo financeiro	(4,274)	-
Ativo imobilizado	29	33
	89,099	46,297

A operação da Companhia se enquadram nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/IFRIC12, pois a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração. O serviço de utilização foi iniciado no início de setembro para atender o manual do setor elétrico e finalizou-se em dezembro de 2014.

Foram contratados também:

- Seguros dos Ramos Elementares para a modalidade de Responsabilidade Civil Geral, relativo a reparações por Danos Corporais, Danos Materiais e/ou Danos Morais causados a Terceiros, para o Empreendimento COSTA OESTE, para um limite máximo de indenização de R\$ 5 milhões.
- Seguros de Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos

materiais para o Empreendimento COSTA OESTE, conforme tabela:

Coberturas	(R\$/Mil)
Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos, Greves e Lockout). Raio, Explosão, Implosão e Fumaça.	13.665
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50
Quebra de Máquinas	1.000
Roubo e/ou Furto mediante arrombamento	200
Despesas Extraordinárias	500
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	500
Vandalismo, Furação, Cidone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves.	4.000

7. Obrigações sociais e fiscais

	31.dez 2014	31.dez 2013
Impostos e contribuições sociais	147	229
Folha de pagamento, líquida	14	13
	<u>161</u>	<u>242</u>

8. Fornecedores

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.dez 2014	31.dez 2013
Fornecedores de materiais	390	198
Fornecedores de serviços	5.669	9.031
Cheques emitidos	-	587
	<u>6.049</u>	<u>9.816</u>

Os cheques emitidos no período anterior foram na ordem de R\$ 587 mil reais para saldar os valores de indenizações das propriedades atingidas para instituições de servidão de passagem da LT 230kV Caseavel Oeste – Umuarama Sul.

9. AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

	31.dez 2014	31.dez 2013
AFAC - Copel	1.193	15.720
AFAC - Eletrosul	1.146	15.104
	<u>2.339</u>	<u>30.824</u>

10. Financiamentos

	31.dez 2014	31.dez 2013	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtd.
BNDES Sub-crédito A - TJLP	28,837	-	27,634	27,634	1,95% a.a., + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	6,559	-	9,086	6,470	3,5% a.a.	108
	<u>35,396</u>	<u>-</u>	<u>36,720</u>	<u>34,104</u>		
Curto prazo	2,817					
Longo prazo	32,579					

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 1222/2013, de 03 de dezembro de 2013, para abertura de crédito no valor de R\$ 36.720.400,00 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e quatrocentos reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

I. Subcrédito "A": R\$ 27.634.400,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Subcrédito "B": R\$ 9.086.000,00 (nove milhões e oitenta e seis mil reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "A" incidirão juros de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de remuneração). No período a taxa média mês percebeu em 0,52% e o pagamento da primeira parcela do financiamento foi em 15 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 404 mil.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL, GeT e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste.

11. Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 38.661.450,00 (Trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais), dividido em 38.661.450 (Trinta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias sem valor nominal.

12. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 36 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Lucros acumulados

O lucro do período de, nesta etapa, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros e da operação pelo uso do sistema de transmissão foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez.14
Lucro do exercício	2.582
Reserva legal	5%
Constituição de reserva legal	(129)
Lucro a disposição da assembleia	2.453
Dividendos propostos	(613)
Lucro a disposição da assembleia	1.840

O resultado líquido no ano de 2014 atingiu um montante de R\$ 2.582 mil. Os Dividendos propostos aos acionistas são de R\$ 613 mil e deverão ser distribuídos conforme a capacidade de pagamento disponível para o início de 2015 aprovados pela Assembleia.

13. Receita operacional líquida

Nas receitas na operação da Companhia, o recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada.

	Nota	31.Dez.14	31.Dez.13
Transmissão			
Receita de operação e manutenção		707	-
Receita de construção		43.034	41.677
Receitas Operacionais		43.741	41.677
Deduções			
(+) Encargos setoriais		(134)	-
(+) PASEP e COFINS		(139)	-
Receita operacional líquida	13	43.468	41.677

Receita operacional

	31.dez 2014	31.dez 2013
Receita com Ativo Financeiro	8.743	2.313
Receita de Construção	34.251	39.364
Receita de O&M	737	-
	<u>43.741</u>	<u>41.677</u>

14. Índice de cobertura do serviço da dívida

Nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES nº 13.2.1221.1, apresentamos a seguir o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD), calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo II ao contrato de financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, depreciação e amortização).

ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida - R\$/Mil	
a) Geração de Caixa da Atividade	2.537
(+) Disponibilidade (cx/eq,cx) final no período imediatamente anterior	2.798
(+) LAJIDA (EBITDA)	101
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(259)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(103)
b) Serviço da Dívida	404
(+) Amortização de Principal	235
(+) Pagamento de Juros	169
c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a ÷ b)	6,28

Curitiba, 19 de janeiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA

Mário José de Mello Soares Presidente	Alfonso Schmitt Diretor Presidente
Marcos Paulo B. S. Rezende Conselheiro	Valdenir José Bertage Diretor Administrativo-Financeiro
Maurício Xavier Conselheiro	

CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Eomar Antonio Concato Presidente	William Rodrigo Cardoso CRC/SC nº 021528/O-8
Josiane Rodrigues Morais Conselheira	
André Felipe Rothstein Conselheiro	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos exames efetuados nesta e nas reuniões anteriores do Conselho Fiscal e com base nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e ainda, com base no Relatório de Auditoria Independente emitido pela Martinelli Auditores, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Foi proposto pela Administração da Companhia, que do lucro líquido de R\$ 2.453 mil, já deduzidos a reserva legal no valor de R\$ 129 mil, que os dividendos mínimos obrigatórios conforme o Estatuto Social no montante de R\$ 613 mil e os dividendos adicionais à disposição da Assembleia no montante de R\$ 1.840 mil sejam transferidos para a conta Reserva de Lucros a Realizar, em razão do Contrato de Financiamento junto ao BNDES obrigar distribuir o mínimo permitido em Lei.

Com relação a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Curitiba, 24 de março de 2015.

Eomar Antonio Concato
Presidente

Josiane Rodrigues Morais
Conselheira

André Felipe Rothstein
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Instituição **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

As informações contidas na Nota Explicativa nº 14 (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD) estão apresentadas de forma suplementar, e não faz parte do conjunto de informações exigidas pelas normas contábeis brasileiras, no entanto foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalva, em 17 de janeiro de 2014. Curitiba (PR), 23 de janeiro de 2015.

CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC(PR) nº 022.513/O-0

MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR

martinelli
auditores

R\$ 6.244,00 - 27620/2015

**Publicação em Diário Oficial**

Basta acessar o portal da Imprensa Oficial através do endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br> e clicar em ENVIÓ PARTICULAR no canto superior direito. O arquivo eletrônico deve estar salvo na extensão RTF, ODT ou PDF. E a formatação do documento deve ser em folha A4, coluna do texto em 8cm, fonte arial ou times new roman tamanho 7.

Consulta dos Diários Oficiais

Acessando o endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>, no canto direito existe um pequeno formulário para pesquisa. Selecione o diário, informe a data inicial e final, e na pesquisa textual informe o protocolo de sua publicação ou texto que necessitar.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

